



2446 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

Notas sobre o nosso tempo: pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade na escola e as possibilidades de resistência nas aulas de sociologia

Gabriela Garcia Sevilla - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Resumo: Este texto tem por objetivo abordar o contexto conservador atual do Brasil e suas implicações para a educação. A partir do mapeamento de indícios que indicam a existência de uma onda conservadora no país - refletida em mudanças nas leis educacionais e projetos governamentais, e a constituição de um pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade na escola - pretendemos refletir sobre a luta política em torno de projetos para a escola e para a sociedade. De forma mais específica, e como continuidade dessa pesquisa, o foco será no ensino de sociologia e nas possibilidades dos professores/as continuarem abordando as questões de gênero e sexualidade em suas aulas. O objetivo é descrever e compreender como os/as docentes têm lidado com os desafios de se ensinar temas considerados polêmicos e que tem sido banidos dos documentos oficiais. De que forma a sociologia pode contribuir para a formação integral e cidadã em tempos de projetos como o "Escola sem partido" e de discursos contrários a chamada "ideologia de gênero"? Quais estratégias de resistência são possíveis?

Palavras-chave: gênero e sexualidade, ensino de sociologia, pânico moral, ideologia de gênero.

Estamos vivenciando no Brasil um período conturbado, relacionado à crises econômicas e políticas que têm gerado uma polarização cada vez maior dos debates e das posições de diferentes grupos e atores sociais. Sentimos uma radicalização e um recrudescimento dos grupos conservadores de direita e religiosos nas suas práticas e discursos com relação às mudanças geradas e desejadas por minorias, tais como as mulheres e a população LGTBTTQI (nos referimos aqui a tradicional sigla LGBT, acrescida dos outros sujeitos que emergiram e buscam visibilidade, como as: travestis, transexuais, transgêneros, intersexos, não-binários, *queer*, etc.). Uma luta está sendo travada em torno da ampliação ou redução de direitos desses grupos. Os direitos humanos, a cidadania e a democracia estão no centro do debate, que tem a escola como um dos seus principais palcos.

Como indícios desse momento histórico, podemos apontar o crescimento dos discursos de ódio e *das fake news*, o conservadorismo religioso e neoliberal, emergência cada vez mais evidente de políticos radicais (extrema-direita e populistas autoritários) e o aumento de seus seguidores, principalmente entre os jovens. Questões como gênero e sexualidade, antes marginalizadas e tomadas como pouco importantes, passam ao centro das atenções e dominam boa parte das pautas políticas e dos conflitos que emergem neste momento na sociedade. Como exemplos, podemos citar o retorno da polêmica sobre a possibilidade de "cura gay" por psicólogos, a censura da exposição "Queer museu" no Santander Cultural de Porto Alegre, a polêmica gerada por uma performance envolvendo um homem nu e por uma exposição sobre sexualidade em dois museus de São Paulo e as censuras, polêmicas e tentativas de proibição que se seguiram a peças de teatro, entre outras manifestações artísticas. Além, é claro, da retirada destes termos da pauta educacional e dos projetos de lei.

Podemos pensar que essa ofensiva conservadora ocorre exatamente porque aconteceram mudanças significativas nos últimos anos, avanços na escola com projetos educacionais e leis que expandem a cidadania e os direitos humanos. Atualmente, as temáticas relacionadas a transexualidade e transgeneridade têm ganhado bastante destaque na mídia, redes sociais e novelas (exemplo: Força do querer, novela das 8 da Rede Globo, além de outras matérias jornalísticas, documentários, entrevistas, etc.). Além disso, muitos artistas que desafiam as normas de gênero e sexualidade têm ganhado visibilidade, como Pablo Vittar e Liniker, entre outros.

O tema central deste texto tem profunda relação com o contexto conservador que estamos vivenciando no Brasil e suas implicações para a educação. Mais especificamente para o ensino de sociologia no ensino médio e para as possibilidades de abordar temas como gênero e sexualidade na escola, a partir de fenômenos como o projeto Escola sem Partido (ESP) e a ofensiva contra a chamada "ideologia de gênero". E, ainda, os processos de reforma educacional do atual governo, em especial, aqueles que têm relação e/ou são afetados por estas temáticas e projetos, como a reforma do ensino médio e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Tal temática envolve dois âmbitos e as suas conexões: 1. O contexto conservador vivenciado no Brasil atualmente, em especial a partir de 2014, e a emergência de projetos como o ESP e a ofensiva contra a chamada "ideologia de gênero" que culminaram com a constituição de um pânico moral em torno da temática de gênero e sexualidade na escola; 2. As implicações destes movimentos para a educação (reformas educacionais e mudanças curriculares) e para o ensino de sociologia, levando em conta questões como o currículo, a liberdade de ensinar, a finalidade da educação, a democracia, a formação cidadã e as possibilidades de abordagens desta temáticas que estão sendo banidas da escola.

No contexto desta pesquisa, o interesse principal são os projetos que atingem a educação e as pautas levantadas, em especial, pelos movimentos feministas e LGTBTTQI que ensejam transformações sociais e lutas por direitos que passam, fundamentalmente, pela escola. Esses movimentos e seus militantes, juntamente com um conjunto amplo de professores, pesquisadores e estudantes, passaram a apontar a necessidade de inserir no âmbito escolar a discussão de temáticas que envolvem questões de gênero e sexualidade, passando pela educação sexual, pela compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, a construção social dos papéis feminino e masculino, identidades de gênero, orientação sexual, LGTBfobia, etc. pois se entendia que estes temas eram centrais para a compreensão da vida social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, abordar estes temas é fundamental no combate às violências de gênero, bem como às ligadas à diversidade sexual e aos preconceitos que se relacionam intrinsecamente com os problemas de evasão escolar, entre outros vivenciados na escola.

A verdade é que estas questões sempre estiveram na escola, mas se tornaram mais contundentes ou explícitas a partir da universalização da educação básica e da maior visibilidade de sujeitos que não se conformam às normas binárias e rígidas em relação a gênero e sexualidade e o questionamento crescente de um conjunto de regras a partir da emergência de movimentos como o que tem sido chamado de "novo feminismo" ligado às redes sociais e muito forte entre as jovens e adolescentes. Esta maior visibilidade de questões antes marginais também foi percebida na mídia em geral e causou um profundo incômodo em grupos conservadores e religiosos.

A escola se tornou assim um dos focos principais de luta entre estes diferentes grupos e projetos de sociedade. De um lado, grupos progressistas, ligados às temáticas relacionados a gênero e sexualidade (feministas, LGBTQI, etc.) e que desejam ampliar os direitos e as possibilidades de existência transformando a sociedade, ampliando as liberdades e a democracia; de outro lado, grupos conservadores e religiosos que desejam frear ou mesmo reverter algumas dessas mudanças e transformações no âmbito da sociedade e da escola, em especial, as relativas aos direitos da mulher, direitos da população LGBTQI, novas parentalidades e arranjos familiares, direitos sexuais e reprodutivos, laicidade do estado, etc. por meio de projetos de lei e mudanças na área da educação, censurando determinados temas, em nome da defesa da família tradicional e dos valores religiosos cristãos.

Existem vários motivos que podem ser apontados aqui como explicativos de porque a escola se tornou um lugar central nesse debate, de forma resumida, podemos evidenciar que há uma disputa pelo controle das políticas públicas, em especial, as educacionais que tem potencial para promover mudanças estruturais da sociedade. Ambos os grupos parecem acreditar na escola como meio de formação política (MISKOLCI; CAMPANI, 2017, p 739). Conforme esses autores, tais grupos têm interesses diversos, mas estão unidos por esta questão circunstancial, combate às políticas de direitos sexuais e reprodutivos, a desigualdade entre homens e mulheres, etc. A preocupação com as crianças também acaba atraindo a atenção para a escola. Além disso, esses grupos conservadores sabem que algumas leis e programas fomentaram mudanças no currículo que se refletem em mudanças sentidas na sociedade e que são consideradas indesejadas.

O foco no ensino de sociologia no ensino médio se deve ao fato desta disciplina, e a área de humanidades de modo geral, serem o alvo prioritário desses ataques e mudanças. Sua recente implementação e legitimação como disciplina escolar está ameaçada. Na primeira versão da reforma do ensino médio a sociologia deixava de ser obrigatória. Posteriormente, ela passou a fazer parte do itinerário formativo da área de ciências humanas, porém, cada sistema de ensino organizará conforme suas possibilidades, assim como ocorreu em relação a BNCC (sociologia não é mais uma disciplina/componente curricular obrigatório).

Se antes a sociologia se embasava e estava costurada junto às finalidades da educação, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 1996) e a Constituição Federal, era a formação para o exercício da cidadania plena, combatendo as intolerâncias, injustiças, desigualdades e preconceitos de toda a ordem, tendo, portanto, esta disciplina um papel de destaque, pelo seu compromisso com a desnaturalização e problematização da realidade social. Agora, ao que parece, tomando por base o texto da nova lei, o foco prioritário da educação e da escola de ensino médio passa a ser a habilidade de ler, contar, saber inglês e se preparar profissionalmente e tecnicamente para atuar no mercado de trabalho, devendo para isso o estudante estagiar em empresas durante a sua formação. Sendo assim, a sociologia, que estava ainda se consolidando como disciplina escolar, passa a ser percebida como desnecessária, já que não serve mais aos interesses do projeto de escola em questão, ou mesmo, sendo considerada uma ameaça para seus fins.

Além disso, grande parte dos professores que estão sendo denunciados, perseguidos e censurados pelos militantes e seguidores do ESP e contra a "ideologia de gênero" é da área de ciências humanas, com destaque para os professores de sociologia. Ademais, a área também é visada pelo seu material didático, já que algumas das temáticas consideradas controversas (política, gênero e sexualidade, histórias das mulheres, história africana, afro-brasileira e indígena, diversidade cultural, direitos humanos, movimentos sociais como o feminismo e o LGBTQI, etc.) fazem parte do currículo dessa área, sendo muitas vezes alvo de ataques, denúncias ou censuras.

Quais são os objetivos da educação e da escola? Qual é o papel do professor/a? É a democracia um valor a ser ensinado e posto em prática ou é algo indesejável? A preocupação com a democracia e sua relação com a escola é importante neste trabalho porque compreendemos que mudanças legislativas que modificam as finalidades da educação (tal como a reforma do ensino médio), assim como projetos que visam censurar determinados temas na escola (tais como o ESP e contra a "ideologia de gênero") ameaçam a democracia no sentido de limitar os debates e as liberdades de expressão, do direito de ensinar do docente e do direito de aprender dos estudantes.

A disciplina sociologia no ensino médio está implicada, acompanhada dos outros componentes curriculares da área de humanas (história, geografia e filosofia), na formação integral dos alunos visando a cidadania.

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. (BRASIL, p.37, s/d).

Dessa forma, na medida em que se proíbe ou restringe a abordagem de determinados temas e fatos que fazem parte da vida social e da realidade brasileira, tal como desejam o ESP e os grupos contrários à "ideologia de gênero", se restringem também as possibilidades de análise e compreensão do contexto que cerca o estudante e as possibilidades do professor/a de abordar estes fenômenos sociais, comprometendo o aprendizado e a formação integral com vistas a cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preconiza nossa constituição federal de 1988, em seu preâmbulo.

Ratier destaca que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN),

cidadania deve ser compreendida como "participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais". Sua adoção no dia a dia se exprime em "atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito" (RATIER, 2016, p. 33).

A sociologia em conjunto com as demais áreas que formam as ciências sociais, a antropologia e a ciência política, que devem também ser contempladas durante o processo formativo, contribuíram muito, ao longo de sua história, para o estudo dos temas de gênero, sexualidade, identidades, preconceitos e discriminação das mais diversas ordens atuando para a compreensão destes fenômenos. Sendo assim, sua contribuição é fundamental em discussões que são cada vez mais centrais nas escolas contemporâneas, pois remetem a violência e evasão escolar, já que racismo, sexismo, machismo, homofobia e exclusão social são fortes componentes das agressões físicas, verbais e via meios digitais e internet as quais os jovens estão submetidos e que se potencializam na escola.

Negar a problematização de temas tão presentes na vida cotidiana dos estudantes é não querer que se pense e mude as realidades excludentes e injustas. Delegar ou defender que apenas a família deve abordar esses assuntos, considerados de caráter moral, na maioria das vezes ancorados em preceitos religiosos, vai de encontro ao Estado Laico, além de ser um discurso altamente ideológico, muito distante de ser neutro ou apartidário como defendem os adeptos do ESP. Ademais, segundo Fernando Penna (2016), que tem se dedicado a analisar os discursos do ESP desde 2015, a concepção de uma educação e uma escola que forma para a cidadania é sinônimo, para este grupo, de doutrinação ideológica (de esquerda), já que assim eles interpretaram uma pesquisa feita com professores de educação básica (que responderam sobre as finalidades da escola).

As alterações em relação à finalidade da educação estão previstas na reforma do ensino médio (Medida provisória N. 746/2016 aprovada como Projeto de lei de conversão PLV 34/2016) e na consequente alteração do texto da Lei de Diretrizes e bases da educação (LDB), conforme analisado por Maria Toledo (2017). Tal projeto retira a discussão das finalidades da educação e da escola e apenas a substitui por questões técnicas, resgatando e implantando, de forma autoritária, um projeto de lei que já havia sido criticado durante os debates de sua tramitação (PL n. 6.840/2013) e então refutado. A reforma do ensino médio é analisada por Toledo dentro do conjunto histórico de propostas

de mudança da educação secundária que já ocorreram no país. A autora demonstra como essa proposta, rejeitada e depois apresentada via medida provisória, se parece com as propostas para a educação da época da ditadura civil-militar, especialmente as pós AI-5 (Ato institucional número 5). Se abandonam também as propostas que haviam sido construídas recentemente para a educação profissional concomitante ao ensino médio, adotada nos institutos federais e demais escolas técnicas. Dessa forma, ao que parece, não é só a sociologia que está ameaçada, mas a escola com uma proposta democrática e de formação cidadã em si.

O outro desdobramento desta pesquisa se relaciona especificamente as questões de gênero, sexualidade e suas correlatas (identidade de gênero, orientação sexual, diversidades, homofobia, etc.) que passaram recentemente a ser banidas dos documentos oficiais, do currículo e das escolas. Junto com esses termos e temáticas, as discussões sobre política, religião, cidadania, direitos humanos, justiça e desigualdades passam a ser vistas como indesejadas também. São nessas duas frentes que atuam os projetos que serão alvo de uma breve análise neste texto: o Escola sem partido e o movimento contra a chamada "ideologia de gênero".

Por essas razões apontadas acima, é que acreditamos que o ataque conservador à escola atinge a educação em suas finalidades, atinge o papel do professor/a e a concepção de escola pública, democrática, plural e laica. Afeta, especialmente, a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade e esse campo de estudos, assim como atinge fortemente áreas do conhecimento ligadas à formação para a cidadania, o pensamento autônomo e crítico e que em sua trajetória analisaram estes temas, como é o caso da sociologia.

As temáticas de gênero e sexualidade foram banidas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e saíram de muitos outros planos estaduais e municipais também. Em 2017 e 2018, saem do texto final da BNCC para o ensino fundamental e para o ensino médio, respectivamente. A justificativa dada pelo MEC foi que a questão da diversidade já estaria presente, de forma ampla e genérica, no documento e seria redundância falar de questões de gênero e sexualidade. Segundo eles, portanto, foi uma mera revisão formal. A pressão dos grupos conservadores e religiosos foi forte e obteve o resultado desejado, mas também ocorreram manifestações de indignação das entidades da área contra a retirada dos termos.

É relevante para esse trabalho, embora não constitua o foco principal, compreender como uma pauta importante e que estava se consolidando (não só no Brasil e na América Latina, mas que já estava mais avançada no Ocidente, de modo geral) tem se tornado alvo de perseguições políticas e censuras. Da mesma forma, parece necessário entender aqui como ocorreu o processo de gênese do movimento contra a "ideologia de gênero", movimento este que não atinge só o Brasil, mas está presente também em outros países da América Latina, EUA, na Europa, etc.

Juntamente com o crescimento do discurso contra a "ideologia de gênero avança o projeto chamado Escola sem partido (ESP), mais antigo no Brasil, lançado em 2004 pelo advogado e procurador de São Paulo, Miguel Nagib, por meio de um site, mas que apenas mais recentemente passou a ganhar visibilidade midiática e massiva nas redes sociais. Não por acaso seu movimento (que também é uma ONG, uma empresa e um proposta de projeto de lei) cresceu ao se juntar ao combate a "ideologia de gênero", mais intensificamente a partir de 2014, data das retiradas dos termos gênero e sexualidade do PNE, formando um bloco conservador e neoliberal que se diz preocupado com os valores morais, religiosos (cristãos) da sociedade, com a família, seus filhos e os bons costumes. Estes estariam ameaçados por um conjunto de pessoas, em especial, os professores doutrinadores nas escolas, os movimentos LGBTTTQI, as feministas, e a esquerda em geral, que devem ser duramente combatidos e derrotados. Para compreender os objetivos desse movimento é importante acessar seus sites e perfis de redes sociais (Movimento Escola sem partido), e conhecer as análises dos autores que estudaram este movimento.

Muitos professores, autores, militantes e jornalistas têm se dedicado a analisar e denunciar estes dois fenômenos no Brasil, em especial, Fernando Penna (2016; 2017), Jimena Furlani (2016), Rogério Junqueira (2017), Gaudêncio Frigotto (2017), Fernando Seffner (2016; 2017), e organizações como a Ação Educativa por meio do lançamento de um livro (2016), entre outros. Tais autores e entidades buscam assim mostrar os perigos desses discursos e suas consequências para a sociedade brasileira em geral, para a escola, para os professores e estudantes e para as minorias marginalizadas.

Já os grupos contrários à chamada "ideologia de gênero", ao que parece, eram inicialmente mais fragmentados no Brasil, mas obtiveram um estrondoso êxito ao conseguir juntar muitas pessoas em nome do "medo" da "ideologia de gênero" que estaria sendo passada nas escolas (não só nelas, pela mídia em geral, por organismos internacionais, etc.) por meio da doutrinação dos professores. Os boatos se espalharam pela internet, igrejas e templos, grupos de whatsapp, panfletos, redes sociais diversas. Estava criado um clima ameaçador e uma ambiente propício para alavancar as duas preocupações que passam a se coadunar. A proposta do ESP passa a abraçar o combate à ideologia de gênero e ambos os movimentos se fortalecem, obtendo êxito de forma evidente a partir de 2014. Assim, ESP e o movimento contra a "ideologia de gênero" se articulam de forma provisória e estrategicamente para fazer avançar uma pauta conservadora na educação e nas demais esferas da vida social.

Entretanto, é importante observar que apesar desse discurso ter se tornando mais forte em 2014 com a alteração do PNE, o conservadorismo está avançando no país já alguns anos, com pautas morais invadindo a política no Brasil pelo menos desde a eleição de 2010. Maria Rita César e André Duarte (2017, p.147), apontam 2011 como o marco zero do recente pânico moral no Brasil, quando do veto do projeto educativo que fazia parte do programa Brasil sem homofobia, apelidado pejorativamente de "Kit Gay". Miskolci e Campana (2017) ao analisaram a emergência do campo discursivo da ideologia de gênero na América Latina, apontam, em que pese as diferenças, três pontos em comum entre as alianças conservadoras que surgiram nos países da região: surgem a partir dos anos 2000, em países com governos de esquerda, se deflagram em projetos de alterações de leis e políticas educacionais (p. 734). Como já dito no início do texto, o foco é o Brasil, mas esse avanço conservador e o discurso sobre a "ideologia de gênero" são fenômenos ocidentais, que se gestam desde os anos 90, com início na Igreja Católica (JUNQUEIRA, 2017; MISKOLCI, CAMPANA, 2017; CÉSAR, DUARTE, 2017) e que desembarcam no nosso país com algumas especificidades, como por exemplo, o protagonismo de líderes e políticos neopentecostais.

Áfinal, por que esses grupos entendem a tal "ideologia de gênero" como tão ameaçadora? Em suma, não existe a terminologia "ideologia de gênero" dentro do campo de estudos da área e nem em documentos e políticas governamentais, o que existe é a perspectiva de gênero, com suas diferentes correntes, que tentam explicar a desigualdade entre homens e mulheres, entre as distintas expressões da sexualidade e do gênero, no geral rompendo com um viés biológico essencialista, embasadas em diferentes correntes e matrizes teóricas, entendida como muito importante para a compreensão da sociedade e na resolução de problemas, em diversos âmbitos, tanto no Brasil como numa perspectiva internacional abordada em convenções da ONU (organização das nações unidas).

Entretanto, como uma resposta a essas perspectivas e mudanças nas relações entre homens e mulheres e na compreensão das diferentes expressões da sexualidade e do gênero, alterações em relação ao significado de família, ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos (e seu reconhecimento como direitos humanos pela ONU em suas convenções) e o direito à não discriminação, defesa da laicidade do estado, entre outras alterações significativas na sociedade ocidental, emerge na Igreja Católica, como já sinalizado, e associada a ela um grupo que constituiu e cunhou o termo "ideologia de gênero" nos anos 90 e o espalhou pelo mundo nos anos 2000 (JUNQUEIRA, 2017; DIP, 2016).

O termo "ideologia de gênero" passa a ganhar visibilidade e a gerar temor nestes grupos porque se construiu em torno dessa categoria um conjunto de informações negativas com forte carga estigmatizante, segundo o qual tal ideologia e seus defensores negam a natureza e a biologia (e a ideia de que se nasce homem ou mulher e a heterossexualidade como norma natural e inquestionável), ameaçando assim a formação e o desenvolvimento das crianças e jovens, estimulando precocemente a sexualidade, chegando até a ideia de ligar essa perspectiva com a defesa da pedofilia e a crença de que se estaria estimulando a mudança de gênero/sexo das crianças. Segundo estes

grupos conservadores, portanto, os valores religiosos e os familiares precisam ser preservados. Esse tipo de argumentação não surge “do nada”, e remete a preconceitos antigos (contra os grupos LGBTs e as feministas), e mais recentemente, no Brasil, remete ao caso do veto do kit anti homofobia em 2011 realizado no governo Dilma, por pressão da bancada religiosa e de grupos conservadores, caso também apontado por César e Duarte (2017).

Este tipo de argumentação ajuda a construir um pânico moral na sociedade em relação ao temas de gênero e sexualidade e tudo que se relaciona a eles. Nesse sentido, pretendemos refletir sobre esse fenômeno a partir do conceito de pânico moral surgido na sociologia britânica (Stanley Cohen, anos 70) e utilizado no campo dos estudos feministas, LGBT e *queer*, em especial por Gayle Rubin, antropóloga estadunidense, e pelo sociólogo Richard Miskolci no contexto brasileiro em anos mais recentes, entre outros autores já citados, para abordar as questões vinculadas principalmente a sexualidade. Este rótulo da “ideologia de gênero” e o temor associado a ele consegue abarcar até grupos não religiosos (JUNQUEIRA, 2017), com o argumento de que a espécie humana está em risco, pelo questionamento da família tradicional, alteração do papel da mulher e a defesa dos direitos dos homossexuais. Isso se torna perceptível ao olharmos a aliança entre o ESP e a “ideologia de gênero” e desses com outros grupos de direita e conservadores.

A construção dessas alianças e a sua repercussão no governo atual e nas medidas adotadas pelo ministério da educação, assim como a proposta de reforma do ensino médio e a mudança na BNCC mostram a importância que estes grupos e projetos (tal qual o ESP e a “ideologia de gênero”) passam a ter no nosso cotidiano e na escola, mostrando que as temáticas de gênero e sexualidade estão associadas às questões políticas e se tornam o centro das atenções em momentos de crise e instabilidade, como as que estamos vivendo no Brasil e no mundo. Tal como anunciado e “previsto” por Gayle Rubin em seu célebre ensaio *Thinking sex* escrito nos anos 80 nos EUA.

Estes indícios apontam as conexões entre estes diferentes grupos conservadores e as suas alianças com as ações e propostas governamentais e os projetos de lei elaborados pelas bancadas políticas conservadoras, religiosas e relacionadas a grandes corporações. São estes indicativos que nos permitem afirmar que está em curso um projeto neoconservador e neoliberal amplo, que atinge fortemente a escola e afeta a sociedade de modo geral. É possível afirmar que este contexto brevemente delineado aqui, possibilitou as condições de emergência para a construção desse pânico moral, em torno especialmente das questões de gênero, com a finalidade de aprovar projetos e fazer valer outras concepções e visões de mundo que visam modificar a sociedade e a educação. Esse projeto conservador que utiliza o pânico moral como estratégia de luta é motivo de preocupação nesta pesquisa porque essas concepções que estão sendo defendidas por esses grupos parecem ir de encontro à democracia e ao pluralismo de ideias, propondo silenciamentos e apagamentos das visões de mundo que não integram a perspectiva conservadora, religiosa e neoliberal.

Como já salientado, é visível que estes grupos conservadores que constroem suas alianças tomando por base o uso estratégico de termos como “ideologia de gênero” visando conquistar a adesão em massa, possuem outras bandeiras em comum além desta, como por exemplo: o fato de serem em geral contra a esquerda, contra o Partido dos Trabalhadores, contra algumas políticas públicas de distribuição de renda (bolsa-família), contra o discurso da diversidade e do multiculturalismo, contra o que tem sido chamado de “politicamente correto”, entre outras bandeiras (alguns grupos são contra os direitos humanos, outros a favor do porte de armas, contra a corrupção - de apenas alguns partidos - contra as cotas raciais, a favor da meritocracia, defensores do estado mínimo, apoiaram o golpe/impeachment de 2016, etc.).

Entretanto, estes grupos se colocam mais explicitamente contra o “gênero”, agindo para banir este termo de todos os documentos oficiais, leis, políticas e afins. Isso é indicativo da centralidade desta discussão, que se tornou importante na esfera pública e nos debates políticos, ao mesmo tempo, em que demonstra uma certa fragilidade da temática. Essa aliança é circunstancial e estratégica, como apontam Miskolci e Campani (2017) vinculada a um conservadorismo moral que tem adeptos religiosos e políticos unidos por essa causa, fazendo frente às mudanças sociais e políticas que eles consideram uma afronta aos seus interesses e ao papel de liderança que tinham até então no Brasil e na América Latina (igreja católica e igrejas evangélicas neopentecostais, grupos políticos da elite, conservadores e moralistas).

É possível que essa aparente centralidade recente da temática de gênero, comemorada como início de uma vitória do movimento feminista e LGBTTTQI (e de fato é demonstrativa de uma visibilidade e legitimidade alçada por esta discussão), não seja tão nova assim. Pode ser que esteja com uma nova roupagem, utilizando novas categorias, mas se pensarmos nos argumentos desses grupos (como o ESP e contra a “ideologia de gênero”), muito ligados a questão da família heteronormativa, defesa das crianças, questões religiosas e também científicas (biológicas/naturais), com grande interesse na educação, podemos pensar que isso se insere numa estratégia muito recorrente, já utilizada em outras épocas, contextos e locais, como já abordado por outros autores, como Rubin (2012) e Miskolci (2006).

Tais autores apontam em seus textos que as transformações culturais que ocorrem numa sociedade não passam incólumes na esfera social e sempre vem acompanhadas de uma grande reação de grupos conservadores e religiosos. Em seus textos, narram episódios semelhantes, mesmo que de outras épocas e contextos, a alguns dos fenômenos atuais que vivenciamos no Brasil (perseguições a obras de arte, censura, aumento da violência contra população LGBT, etc.). Estes dois autores, Rubin e Miskolci, advertem que épocas percebidas como de grandes mudanças são um terreno fértil para a criação de pânicos morais tais como o que observamos hoje em dia, como o movimento contra a “ideologia de gênero”. Nestes contextos, onde diferentes grupos lutam pela construção simbólica da sociedade e pelo que vai ser aceitável ou não, legal ou não, estratégias políticas de mobilização de massa são ainda mais valiosas. Tudo leva a crer que hoje em dia vivemos um desses momentos cruciais de definição de que sociedade queremos construir e isso obviamente tem relação com a escola e a educação.

Gayle Rubin também cita casos e momentos históricos considerados de grande tensão social e política onde havia “outras grandes questões” em andamento, mas que o tema da sexualidade se tornou peça fundamental de discussão, preocupação e mobilização política e pública. Depois de começar o texto *Thinking sex* afirmando que em épocas de crise e de grandes conflitos a questão da sexualidade parece emergir como urgente, ela aborda as políticas do sexo e afirma que

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado. (RUBIN, 2012, p. 1).

No atual contexto do Brasil não faltam problemas a serem resolvidos e grandes questões que precisam ser debatidos, e num contexto de disputas políticas, ideológicas e eleitorais a questão da sexualidade e do gênero é alçada ao centro do cabo de ferro, se tornando central nas lutas sociais e na construção dos discursos e dos campos de ação.

Dessa forma, temos interesse em saber como os professores/as de sociologia que dão aulas no ensino médio estão lidando com os possíveis efeitos destas disputas na escola. Como projetos como o Escola sem partido e as críticas à “ideologia de gênero” tem repercutido em suas aulas e planejamentos. De que forma o debate sobre as mudanças na escola a partir da Reforma do ensino médio e da nova BNCC e a ameaça a continuidade da disciplina de sociologia os preocupam. É de se imaginar que em muitas escolas o debate sobre esses temas tenham surgido a partir do próprio interesse dos estudantes secundaristas a partir de seus cotidiano, do que está em discussão na mídia e redes sociais e pela repercussão dos projetos conservadores já citados. Também é possível que os docentes de sociologia se deparem nas escolas com alunos, colegas e pais apoiadores de tais projetos, ou que eles mesmo o sejam, assim também como é possível que se tratem

de professoras feministas engajadas nesta causa ou professores que simplesmente consideraram importante abordar tais assuntos.

Marlucy Paraíso (2018) ao pesquisar junto a um grupo de professoras de Belo Horizonte, descobriu alguns dos efeitos indesejados dessa onda conservadora e do "slogan ideologia de gênero", pois, segundo ela, as professoras passaram a se interessar mais pelo temas de gênero e sexualidade e a estudá-los depois da retirada de tais termos do plano municipal de educação. Ao se sentirem cerceadas em suas liberdades e pressionadas a não abordar um tema que faz parte do mundo, elas resolveram resistir de forma criativa e coletiva, mesmo com a oposição de pais, colegas e políticos.

Inspirada por estas questões, serão realizadas entrevistas professores/as de sociologia, licenciados na área, e que atuam dando aula no ensino médio, no município de Porto Alegre, para compreender suas percepções acerca deste contexto desafiador. Além disso, serão analisados materiais didáticos da área de sociologia utilizados por estes professores/as e escolas, tais como os livros do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros. Esta pesquisa está engajada nestas importantes lutas do nosso tempo, com todas as suas dificuldades peculiares e sua importância vital. Tal conhecimento, portanto, é situado (LÖWY, 2000), não é objetivo e nem neutro, salienta a parcialidade de um ponto de vista localizado (HARAWAY, 1995).

Algumas questões permanecem como pano de fundo dessa pesquisa e com elas encerramos este texto, mas seguem abertas as possibilidades de reflexão. Como foi possível que chegássemos a esse ponto de autoritarismo no nosso cotidiano? utilizando uma expressão de Marcia Tiburi (2016). Com o combate e apagamento das temáticas de gênero e sexualidade na escola, com a restrição da liberdade de ensinar do professor, com as mudanças de finalidade da educação, do currículo, enfim, de tudo que está em jogo e suas consequências. Como podemos resistir? Ainda há espaço para a reflexão e o pensamento crítico na escola? para a formação para a cidadania? para a construção de uma escola plural, democrática e laica? um local próprio para o convívio entre os diferentes no espaço público? como proposto por Seffner (2009). Esta pesquisa nasce com o desejo e a necessidade de tentar buscar respostas a essas questões e multiplicar ainda mais as perguntas.

Referências bibliográficas

DIP, Andreia. Existe "ideologia de gênero"? (entrevista com Jimena Furlani). A Pública- agência de reportagem e jornalismo investigativo. 30 de Agosto de 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/> Acesso dia 04 de Outubro de 2017.

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acesso em: 22 de Maio de 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. FRIGOTTO, Gaudêncio (organizador). Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 17-34.

FOUCAULT, Michel. A História da sexualidade. A vontade de saber. v. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu* (5) 1995. pp. 07-41.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "A ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça da família natural". In: Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade. RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Rio Grande. Editora da FURG: 2017.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos "situados". *Cadernos Pagu* (15), 2000. pp. 15-38.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controles sociais: reflexões sobre o casamento gay. In: *Cadernos pagu*, Campinas/SP, (28), janeiro-junho de 2007:101-128.

_____: CAMPANA, Maximiliano. "ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo". in *Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017*. p. 727-745

PARAÍSO, Marlucy. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan "ideologia de gênero". In: *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Paraíso, Marlucy; Caldeira, M. Carolina da Silva (orgs.). Belo Horizonte: Mazza edições, 2018. p. 23-52.

PRADA, Nancy Prada. Ideologia de gênero: semblanza de un debate pospuesto. In: *Golpes na história e na escola: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. MACHADO, André R. de A.; TOLEDO, Maria Rita de A. (Orgs.). São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017. p. 217-232.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. LPP/UERJ, Rio de Janeiro: 2017. p. 35-48

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o "Escola sem partido". In: *A ideologia do movimento escola sem partido*. São Paulo: Ação educativa; 2016. p. 29-41.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. 2012 (F. B. Martins Fernandes, trad., M. Pillar Grossi, rev.). Recuperado em 02 ago., 2012, <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>.

SEFFNER, Fernando; PICHETTI, Yara. A Escola pública brasileira e seu compromisso com a diversidade de gênero e sexualidade. In: *Educação para a sexualidade. Cadernos pedagógicas da EAD*, Rio Grande: Editora da FURG, 2014. Volume 23. p. 67-81.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, n. 19. v. 2. mai-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200017> Acesso em: 22 jun. 2014.

TIBURI, Márcia. Máquina de produzir fascistas - a origem a transmissão do ódio. In: *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio De Janeiro:Record, 2016. p. 32.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O ensino médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma. In: *Golpes na história e na escola: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. MACHADO, André R. de A.; TOLEDO, Maria Rita de A. (Orgs.). São

